



CARTA DE NOVA OLINDA

**Documento final do I Seminário de Avaliação
e Planejamento das Casas do Patrimônio.**

Difusão do conhecimento
Valorização Proteção Parceria Qualificação
Compartilhamento
Compromisso Capacitação Fomento
Meio ambiente Atuação em rede
Salvaguarda Cursos
Turismo Exposições Informação
Mediação Interlocução Educação
Gestão compartilhada Oficinas Usufruto
Intercâmbio
Encontros
Preservação do Patrimônio

27 de novembro a 01 de dezembro de 2009

Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda (CE)

CARTA DE NOVA OLINDA CASAS DO PATRIMÔNIO

Em 01 de dezembro de 2009.

Reunidos na Fundação Casa Grande – Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe – entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, os participantes do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio tornam público o documento final deste encontro.

O objetivo do encontro foi avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio, hoje implantadas, e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta. Estavam presentes no encontro representantes e colaboradores do Iphan e das seguintes Casas do Patrimônio, implantadas durante o ano de 2009: Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, Bahia; Casa da Baronesa, Ouro Preto, Minas Gerais; Casa do Patrimônio de Iguape, São Paulo, Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará; Casa do Patrimônio de João Pessoa, Paraíba, Casa do Patrimônio de Recife, Pernambuco.

Vale dizer que esse documento representa a culminância de um conjunto de investimentos que a área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro, do Iphan, vem fazendo desde o ano 2000, no sentido de estruturar e consolidar um

campo de trabalho para as ações educativas voltadas para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse processo, é preciso reconhecer as inúmeras iniciativas de educação patrimonial implementadas pelas Superintendências e instituições ligadas ao Iphan e por diferentes organizações da sociedade civil.

Tais experiências e iniciativas alimentaram a reflexão e a construção coletiva, que se traduziram em documentos e propostas consolidados a partir dos eventos promovidos pela Coordenação de Educação Patrimonial, dos quais merecem destaque:

- a Reunião Técnica realizada em Pirenópolis, Goiás, em 2004, reunindo todas as Superintendências do Iphan, considerada o marco institucional no sentido de tentar organizar e estabelecer uma ação coordenada no campo de ações de educação patrimonial;
- o 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP), realizado em São Cristóvão, Sergipe, em 2005, onde se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, nos museus e na sociedade civil;
- os diversos cursos sobre Educação e Patrimônio Cultural organizados por diferentes universidades do país; e, por fim,
- a Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a projetos culturais nas Casas do Patrimônio, realizada em 2008, em Pirenópolis, que resultou na elaboração de diretrizes para a atuação das Casas do Patrimônio.

Considerando que,

1. a proposta das Casas do Patrimônio se fundamenta na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais, pois, além de informar e dialogar sobre as atividades e rotinas administrativas da instituição, buscará investir em ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda e de atuar a partir de noções ampliadas de patrimônio;
2. as ações educativas a serem implementadas nas Casas do Patrimônio e por ela empreendidas se estruturam a partir de diferentes perspectivas e abordagens e em cujas ações de preservação convivem noções de patrimônio, que ao mesmo tempo se confrontam e se complementam, pois estão associadas a um patrimônio considerado nacional e um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado e um patrimônio reivindicado; um patrimônio material e um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado e um patrimônio social, étnico ou comunitário;
3. para a multiplicação do entendimento desse conceito é essencial, no Sistema Nacional de Patrimônio, a utilização de noções ampliadas de patrimônio, de museologia social e crítica, de educação dialógica, e de arte e cultura;
4. ainda que para isso, faz-se necessária a construção coletiva de um novo protagonismo, entre instituições governamentais e não-governamentais, priorizando a formulação de diretrizes básicas de ações educativas,

que permitirão ao Iphan mediá-las junto à sociedade, resultando na construção de uma noção compartilhada de Patrimônio Cultural que facilite abordá-lo em sua diversidade;

Os participantes do seminário pactuaram a construção da rede das Casas do Patrimônio e, em co-responsabilidade, adotar o seguinte conceito e o conjunto de premissas básicas, objetivos e recomendações:

Conceito

A casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural.

PREMISSAS BÁSICAS

- Garantir um espaço para colaboração de saberes e difusão do conhecimento;
- Realização, promoção e fomento das ações educativas e a articulação das áreas de patrimônio cultural, meio ambiente e turismo dentre outros campos da ação pública;
- Manutenção e disponibilização das informações e acervos sobre o patrimônio para acesso da população;

- Estímulo a participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural;
- Promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área;
- Fomentar e fortalecer a atuação em redes sociais de cooperação institucional e com a comunidade;
- Fomentar o reconhecimento da importância da preservação do patrimônio cultural.

OBJETIVOS

- Criar canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pelo patrimônio;
- Identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural;
- Incentivar a participação social na gestão e proteção dos bens culturais;
- Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;
- Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos

setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais;

- Fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais, e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida.

ESTRATÉGIAS

- Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consonantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio;
- Educação patrimonial como tema transversal e interdisciplinar;
- Elaboração de regimento próprio para cada Casa do Patrimônio;
- Plano de trabalho continuado;
- Articulação e aglutinação de ações educativas junto à comunidade;
- Elaboração de plano de comunicação nacional, estadual e municipal para as Casas do Patrimônio;
- Envolvimento das instituições educacionais formais e informais nos processos de educação patrimonial;

- Envolvimento de artistas, agentes e instituições culturais nos processos de educação patrimonial;
- Garantia da manutenção do conceito gerador para o fortalecimento da identidade do projeto Casas do Patrimônio;
- Garantir a autonomia de gestão local;
- Promover ações de sensibilização e aproximação para estimular o protagonismo dos atores sociais;
- Articulação da rede das Casas do Patrimônio com as redes já estabelecidas, tanto pelo Ministério da Cultura quanto pelos demais parceiros a serem mapeados;
- Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios;
- Adoção de modelos de gestão do patrimônio cultural que tenham como perspectiva uma proposta de colaboração de saberes;
- Estimular estados e municípios para a criação de instrumentos legais que garantam suas participações continuadas nas Casas do Patrimônio;
- Construção de uma rede integrada das casas do patrimônio e de instrumentos de operacionalização e manutenção, tais como:

FORMAÇÃO DA REDE DAS CASAS DO PATRIMÔNIO

- Criação do portal virtual integrado das Casas do Patrimônio;

- Visitas/missões técnicas periódicas entre Casas do Patrimônio para troca de experiências, incluindo estágios e residências criativas para colaboração de saberes;
- Circulação de informações, produtos editoriais e exposições;
- Fórum permanente de debate com encontros presenciais periódicos;
- Seminário nacional, de periodicidade anual, para avaliação das Casas do Patrimônio;
- Criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial;

ASPECTOS ESTRUTURAIS

- Criação do Programa Nacional de Educação Patrimonial;
- Definição de instrumentos jurídicos e normativos para as Casas do Patrimônio;
- Criação de Conselhos Gestores e ou Consultivos formados por parceiros comprometidos com a gestão e manutenção da casa;
- Identificação de parceiros potenciais;
- Criação do sistema de planejamento, de monitoramento e avaliação da rede e das Casas do Patrimônio;

- Adoção de modelo de gestão participativa com o funcionamento sistêmico de instâncias e espaços de reflexão e avaliação;
- Garantir a presença do Iphan na implantação e funcionamento das Casas do Patrimônio;

ASPECTOS OPERACIONAIS

- Formação de equipe de gestão;
- Definição de garantias de orçamento de quadro de pessoal e da responsabilidade dos entes parceiros na sua manutenção;
- Qualificação continuada do quadro pessoal da Casa do Patrimônio;
- Elaboração de cronograma de atividades em consonância com o planejamento estratégico construído de forma compartilhada entre os parceiros da Casa do Patrimônio.

RECOMENDAÇÕES AO IPHAN

- Estabelecer como princípio que a ação educativa seja componente de todas as ações institucionais de gestão do patrimônio com previsão de recursos específicos;
- Formulação do planejamento plurianual compartilhado da com a rede das Casas do Patrimônio ;
- Orientação para que percentual de recursos referentes à educação patrimonial relativas a pesquisas arqueológicas outorgadas pelo Iphan seja destinado às ações educativas das Casas do Patrimônio;
- Articulações para que haja a vinculação orçamentária ao FNC com a perspectiva de ser incorporado ao Fundo Setorial do Patrimônio cultural;
- Definição de modelo de gestão por meio de Termo de Compromisso ou Contrato de gestão (DAF Iphan/ Unidades / Parceiros);
- Criação de um edital anual de fomento das ações educativas, acompanhadas de pesquisa e divulgação, das Casas do Patrimônio.
- Estruturação e/ou aquisição de espaço físico próprio para as Casas do Patrimônio, preferencialmente integrados às atividades institucionais;
- Qualificação do corpo técnico e administrativo do Iphan para atuação junto às Casas do Patrimônio.

Assinam:

- Aginaldo Ribeiro de Carvalho – Casa do Patrimônio de Iguape/SP
- Alexandra Virginia Mota – Museu de Arte Contemporânea – UFF/RJ
- Átila Bezerra Tolentino - Gestor Iphan/PB
- Carina Mendes dos Santos Melo - Arquiteta da Superintendência do Iphan/SP
- Carlos Alberto Pereira Junior – Secretário Municipal de Cultura – Iguape/SP
- Célia Perdigão – Iphan/CE
- Celmar Ataídes Junior – Diretor da TV da Universidade Federal de Ouro Preto/MG
- Claudia Itaboraí Ferraz – Psicóloga da Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG
- Elizabete Vicari – Laboep – Universidade Federal Fluminense/RJ
- Evelina Grumberg – Museu da Abolição – Recife/PE
- Fernanda Rocha – Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB
- Francisco Allemberg – Presidente da Fundação Casa Grande/CE
- Frederico Faria Neves Almeida - Superintendente do Iphan/PE
- Guilherme Carvalho da Silva – Centro Nacional de Arqueologia - Iphan
- Ítala Byanca M. da Silva – Iphan/CE
- Ivarnice Gomes Wolf – Iphan/ BA
- José Clodovel de Arruda Coelho Neto - Superintendente do Iphan/CE
- Josélia de Almeida Martins - Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa/PB
- Josilane Maria do Nascimento Aires – Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa/PB
- Juca Villaschi - Chefe do Departamento de Turismo da UFOP – Ouro Preto/ MG

- Leonardo Falangola Martins - Arquiteto Iphan/SP
- Luciana Moreira – Casa do Patrimônio de Iguape/SP
- Luis Guilherme Vergara – Universidade Federal Fluminense/RJ
- Márcia Rollemberg – Diretora do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan
- Maria das Mercês Torres Parente – Consultora do Ministério do Turismo
- Maria Elizabeth Negrão – Prefeita Municipal de Iguape/SP
- Maria Emilia Lopes – Iphan/PE
- Maria Olga Enrique Silva – Iphan/PB
- Maria Hosana Magalhães Viana – Secretária de Educação do Ceará
- Marinalva Batista Santos – Iphan/BA
- Pedro Gustavo M. Clerot - Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan
- Rosana Magalhães – Secretária de Educação do Ceará
- Rosemeire Castanha – Iphan/SP
- Rosiane Limaverde – Fundação Casa Grande Nova Olinda/CE
- Simone Monteiro Silvestre – Iphan – Ouro Preto/MG
- Simone Scifoni – Universidade de S. Paulo
- Sônia Rampin Florêncio - Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan
- Tadeu Gonçalves – Coordenador de Educação Patrimonial do Iphan



Ministério
da Cultura

